



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP**SEI N.º 0003605-94.2022.6.05.8000****Pregão 030/2022****RELATÓRIO FINAL**

Instada a realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2022, mediante alocação e gestão de postos de trabalho, abrangendo os postos de Supervisor e Auxiliar Administrativo e Operacional, com atuação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, especificamente nos Cartórios Eleitorais, locais de armazenamento de urnas eletrônicas e locais de votação.

O Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União e no site do Portal de Compras do Governo Federal, bem como disponibilizou o edital no portal da transparência do TRE-BA.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às 15:00h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designada pela Portaria n.º 45, de 22 de abril de 2020, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente certame.

Aberta a sessão, o Pregoeiro fez análise preliminar das propostas apresentada, em seguida, passou para fase de lances, conforme Ata acostada aos autos (doc. 1993770/2022).

Encerrada a supramencionada etapa, com a classificação da empresa Vera Cruz Serviços Ltda., para o item 1.

Na de fase de julgamento das propostas, a empresa foi instada a reduzir seus preços segundo condição 9.1 do Edital, oportunidade em que a empresa vencedora reduziu em R\$ 8,18 (Oito reais e dezoito centavos) o valor da proposta do item 1. Nesse ínterim o pregoeiro solicitou no prazo de 24 horas a planilha de custos e formação de preços, segundo previsto na condição 10.1 a 10.6, alíneas a, b e c do Instrumento Convocatório. Salienta-se o envio tempestivo da planilha que após a análise, o pregoeiro constatou a regularidade do documento apresentado, conseqüentemente a proposta foi aceita, pelo valor de R\$ 11.659.991,82.

Superada a fase de julgamento da proposta. o Pregoeiro passou a fase de habilitação. Nesta fase, durante a análise do SICAF percebemos em nome da licitante ocorrência impeditiva de licitar, todavia por se tratar de suspensão temporária art. 87 III da lei 8.666/93 cujo âmbito da sanção restringe-se ao Órgão Sancionador (IF BAIANO – ITABERADA) logo, inexistia impedimento para contratar com o TRE – BA.

Ainda na fase de habilitação no decorrer da análise da capacidade econômico-financeiro, constatamos que o faturamento bruto da empresa no ano de 2021, alcançou o montante de R\$ 9.781.163,08 (doc 1994266) pág. 13; faturamento inapropriado para as empresas de pequeno porte – EPP. Posto que, o art. 3º, Inc II da LC 123/2006, limita o faturamento para referida empresa (EPP) sendo este igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Visando elucidar a questão apresentada no parágrafo anterior, contatamos a empresa através do chat para se manifestar sobre o tema acima, a mesma se manifestou nos seguintes termos:

“Prezado (a) Pregoeiro (a), boa tarde! Informamos que, de acordo com a documentação apresentada por esta licitante, não estamos enquadrados como ME/EPP, tampouco auferimos os benefícios previstos na LC 123/06 e, ainda, manifestamos em sistema que não possuímos tal interesse.”

Embora, conste no SICAF o enquadramento da licitante vencedora como ME/EPP, constatamos que de fato a empresa não auferiu os benefícios previstos na LC 123/2006 art. 42 a 49. Visto que a licitante não enviou lance de desempate pela lei 123/2006, não recolhe seus tributos com base Simples Nacional, tampouco apresentou declaração de ME/EPP é o que se depreende dos extratos de declaração apresentado (doc 1993975) pág 3.

Finalizando a análise da Qualificação econômica financeira informo que a licitante atende aos requisitos do edital previstos na condição 12.1.6.1. Após análise do SICAF e consulta aos sites de que tratam a condição 12.10 do edital. O Pregoeiro confirmou a autenticidade da Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa vencedora.

Quanto aos atestados de capacidade técnica elencados na condição 12.1.7, todos foram conferidos pelo pregoeiro que confirmou sua compatibilidade com as exigências do Edital.

Noticio ainda, que os documentos de habilitação não enviados junto à proposta já constavam do SICAF.

Informo, também que os documentos de habilitação, da empresa vencedora, segundo previsto no Decreto nº 10.024/2019 foram anexados ao sistema do Portal de compras, juntamente com as propostas de preços e estão de acordo com as exigências do Instrumento Convocatório. Não havendo inconsistência nos documentos apresentados pelo licitante, a empresa foi declarada vencedora e por via de consequência teve a proposta habilitada para o item disputado.

Encerrado o prazo para registro da intenção de interpor recurso, sem apresentação de intenção de recorrer feita por quaisquer dos licitantes a sessão foi encerrada às 16:45 do dia 04.07.2022, adjudicando-lhe o objeto ao licitante vencedor.

É o Relatório que submeto à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 05 de julho de 2022.

Gilson Soares da Conceição

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 05/07/2022, às 14:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1994528** e o código CRC **D0664723**.